

Seg, 14 de Novembro de 2011.
08:07:00.

FOLHA DE S. PAULO | OPINIÃO
ANCINE | ANCINE

Cinema brasileiro, simples e eficaz

Em dois a três anos, adotando algumas medidas, é possível atingir nível de produção que permitirá ao cinema brasileiro ter 40% do mercado interno

A Argentina recentemente estabeleceu um imposto progressivo sobre o número de cópias dos filmes americanos oferecidos. O fato de dois ou três lançamentos hollywoodianos simultâneos ocuparem mais de 70% da oferta é comum em praticamente todos os países, e reflete a demanda existente.

Ao operar em escala "interplanetária", o cinema americano consegue reunir capitais que permitem desenvolver os produtos e simultaneamente criar a demanda.

A capilaridade da divulgação dos filmes americanos em produção é extremamente eficiente. A divulgação é permanente. Pequenos jornais do interior têm mais materiais "jornalísticos" dos filmes que serão lançados, com um, dois anos de antecedência, do que o dos filmes nacionais do ano em curso.

Com o PSDB, foi criada a agência reguladora, **Ancine**, e instituídos os incentivos fiscais que fizeram o cinema brasileiro ressuscitar depois da tragédia Collor de Mello.

Com o PT, criamos o Fundo Setorial, o Vale Cultura e, recentemente, o PL 116, sobre conteúdo em TV, estes últimos ainda dependentes de regulamentação. A ministra Ana de Hollanda vem coordenando os esforços da agência reguladora e do Conselho Superior do **Cinema** para estabelecer um novo patamar de crescimento do setor.

É possível alavancar nossos filmes em quantidade e qualidade, hoje com só 15% em média de "market share". Para isto, é o bastante desfazer um dos maiores erros cometidos contra a atividade: a redução da porcentagem disponível para as empresas aplicarem em cultura, de 6% para 4%, imposta em 1998 pelo ministro Francisco Weffort, e que deve ser revista com urgência. Implantada em consequência da crise na Ásia e com promessa de reversão, nunca foi reconsiderada. Sudan, Suframa e outras áreas cujos incentivos foram reduzidos na ocasião tiveram suas alíquotas recuperadas, só a cultura não.

Além disso, ao longo destes anos, institutos e fundações foram criados, afastando grandes grupos do patrocínio à produção cinematográfica. Televisões públicas, secretarias de cultura estaduais e municipais buscam também recursos incentivados, gerando uma competição fratricida e desigual entre agentes públicos e privados e entre as diversas linguagens artísticas. Com a regulamentação do PL 116, haverá aumento dos recursos públicos investidos diretamente na atividade. Resta agora recuperar a margem dos produtores no contato direto com empresas, devolvendo a possibilidade de investir 6% do Imposto de Renda devido em cultura.

Isso permitirá um equilíbrio entre as duas fontes de recursos, deixando aos produtores a possibilidade de buscar financiamento mais adaptado a cada filme.

Com isso, no prazo de dois a três anos, é possível um nível de produção que permitirá ao cinema brasileiro participar de 40% de seu mercado interno, com os benefícios daí decorrentes.

Não há hipótese de nossos filmes aumentarem sua presença sem um comprometimento do poder público para além do Ministério da Cultura e da **Ancine**. É necessária uma vontade de Estado, que envolva vários ministérios, a Fazenda e a própria Presidência da República.

ALAIN FRESNOT é membro do Conselho Superior de **Cinema**, diretor e produtor de "Ed Mort", "Desmundo" e "Família Vende Tudo". Foi presidente da Associação Paulista de Cineastas.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br